

CAATINGAS:  
O DOMÍNIO DOS SERTÕES SECOS\*

O domínio das caatingas brasileiras é um dos três espaços semi-áridos da América do Sul. Fato que o caracteriza como um dos domínios de natureza de excepcionalidade marcante no contexto climático e hidrológico de um continente dotado de grandes e contínuas extensões de terras úmidas. Vale lembrar que o bloco meridional do Novo Mundo foi chamado, por muito tempo, por cientistas e naturalistas europeus, “América Tropical”. Na realidade, a maior parte do continente sul-americano é amplamente dominada por climas quentes, subquentes e temperados, bastante chuvosos e ricos em recursos hídricos. As exceções ficam ao norte da Venezuela e da Colômbia (área *guajira*) e na diagonal seca do Cone Sul, que se estende desde a Patagônia até o piemonte dos Andes, atingindo depois os desertos do norte do Chile e toda a região costeira ocidental do continente, desde o Chile até o Equador e parte do Peru. Por fim, temos a grande região seca – a mais homogênea do ponto de vista fisiográfico, ecológico e social dentre todas elas – constituída pelos sertões do Nordeste brasileiro.

O contraste é sobretudo mais expressivo quando se sabe que nosso país apresenta 92% do seu espaço total dominado por climas úmidos e

\* Publicado originalmente com o título “No Domínio das Caatingas” em Leonel Katz e Salvador Mendonça (orgs.), *Caatingas, Sertões e Sertanejos*, Rio de Janeiro, Alumbamento, 1994-1995.

subúmidos intertropicais e subtropicais, da Amazônia ao Rio Grande do Sul. As razões da existência de um grande espaço semi-árido, insulado num quadrante de um continente predominantemente úmido, são relativamente complexas. Decerto, há uma certa importância no fato de a massa de ar EC (equatorial continental) regar as depressões interplanálticas nordestinas. Por outro lado, células de alta pressão atmosférica penetram fundo no espaço dos sertões durante o inverno austral, a partir das condições meteorológicas do Atlântico centro-ocidental. No momento em que a massa de ar tropical atlântica (incluindo a atuação dos ventos alísios) tem baixa condição de penetrar de leste para oeste, beneficia apenas a Zona da Mata, durante o inverno.



*Cenário de uma caatinga espinhenta em um pequeno espaço sub-rochoso, por entre colinas revestidas vegetação sertaneja arbustiva. Predomínio de xique-xique.*

Esses fatores contribuem para um vazio de precipitações, que dura de seis a sete meses no domínio geral dos sertões. O prolongado período seco anual – que corresponde a uma parte do outono, ao inverno inteiro e à primavera em áreas temperadas – acentua o calor das depressões interplanálticas existentes além ou aquém do alinhamento de terras altas da Chapada do Araripe (800 a 1000 m) e do Planalto da Borborema (670 a 1100 m). Assim, do norte do Ceará ao médio vale inferior do São Francisco, do norte do Rio Grande do Norte ao interior de Pernambuco, de Alagoas e de Sergipe, em faixas sublitorâneas da Bahia até o sertão de Milagres, no município de Amargosa, instaura-se

o império da aridez sazonal. Paradoxalmente, o prolongado período de seca com forte acentuação de calor corresponde ao inverno meteorológico.

Mas o povo que sente na pele os efeitos diretos desse calor – extensivos à economia regional, pela ausência de perenidade dos rios e de água nos solos – não tem dúvidas em designá-lo simbolicamente por “verão”. Em contrapartida, chama o verão chuvoso de “inverno”. Tudo porque os conceitos tradicionais para as quatro estações somente são válidos para as regiões que vão dos subtropicais até a faixa dos climas temperados, tendo validade muito pequena ou quase nenhuma para as regiões equatoriais, subequatoriais e tropicais.

A originalidade dos sertões no Nordeste brasileiro reside num compacto feixe de atributos: climático, hidrológico e ecológico. Fatos que se estendem por um espaço geográfico de 720 mil quilômetros quadrados, onde vivem 23 milhões de brasileiros. Na realidade, os atributos do Nordeste seco estão centrados no tipo de clima semi-árido regional, muito quente e sazonalmente seco, que projeta derivadas radicais para o mundo das águas, o mundo orgânico das caatingas e o mundo socioeconômico dos viventes dos sertões.

A temperatura, ao longo de grandes estirões das colinas sertanejas, é quase sempre muito elevada e relativamente constante. Dominam temperaturas médias entre 25 e 29° C. No período seco existem nuvens esparsas, mas não chove. Na longa estiagem os sertões funcionam, muitas vezes, como semidesertos nublados. E, de repente, quando chegam as primeiras chuvas, árvores e arbustos de folhas miúdas e múltiplos espinhos protetores entremeados por cactáceas empoeiradas, tudo reverdece. A existência de água na superfície dos solos, em combinação com a forte luminosidade dos sertões, restaura a funcionalidade da fotossíntese. Há um século, no recesso dos sertões de Canudos, Euclides da Cunha anotou dois termos utilizados pelos “matutos” para denominar “as quadras chuvosas e as secas”: o *verde* e o *magrém*. Provavelmente, não existe termo mais significativo do que *magrém* para a longa estação seca, quando as árvores perdem suas folhas, os solos se ressecam e os rios perdem correnteza, enquanto o vento seco vem entranhado de bafos de quentura. O *verde* designa, com clareza, o rebrotar do mundo orgânico por meio da chegada das águas que reativam a participação da luminosidade e da energia solar no domínio dos sertões. Infelizmente a expressão *magrém* caiu em desuso.

Não existe melhor termômetro para delimitar o Nordeste seco do que os extremos da própria vegetação da caatinga. Até onde vão os diferentes fácies de caatingas de modo relativamente contínuo, estaremos na pre-

sença de ambientes semi-áridos. O mapa da vegetação é mais útil para definir os confins do domínio climático regional do que qualquer outro tipo de abordagem, por mais racional que pareça. Mesmo assim, tudo indica que as *isoietas* (linhas de igual volume de precipitações médias anuais) de 750 a 800 mm, que sob a forma de grande bolsão envolvem os sertões – desde o nordeste de Minas Gerais e o vale médio inferior do São Francisco até o Ceará e o Rio Grande do Norte – sejam os limites aproximados, em mapa, dos espaços dominados pela semi-aridez. Identicamente, os mapas que demarcam as áreas de dragagens intermitentes e periódicas do Nordeste, através de linhas tracejadas, oferecem um quadro perfeito da extensão do Nordeste seco.



*Caatinga arbustivo-arbórea com cactáceas em espaços ressequidos: região de Soledade, no Planalto da Borborema e a oeste de Campina Grande (Paraíba). Entre aroeiras e pereiras – em chão sub-rochoso – catingueira, macambira, cacheiros, xique-xique e palmatória de espinhos.*

Enquanto no domínio dos cerrados a média anual de precipitações varia entre 1 500 e 1 800 mm, essa medida no Nordeste seco está entre 268 e 800 mm. No entanto, o ritmo sazonal é muito similar, comportando chuvas de verão e estiagem prolongada de inverno em ambos os domínios de natureza. Disso resulta que as áreas mais chuvosas dos sertões

secos não atingem a metade do *quantum* de precipitação média dos chapadões centrais, dotados de cerrados e cerradões. A soma das precipitações nas regiões mais rústicas dos sertões nordestinos equivale a apenas um quinto das médias registradas no domínio dos cerrados. A própria Zona da Mata nordestina tem um volume de chuvas 2,5 vezes maior do que outras regiões mais bem regadas dos sertões interiores do Nordeste, apresentando ainda de seis a nove vezes mais chuvas do que os sertões mais rústicos. Já em relação à Amazônia, é quase covardia traçar comparações, sabendo-se que lá o período de estiagem é muito curto, o teor de umidade do ar é elevado e o total de precipitações anuais atinge de 8,5 a 14 vezes acima do total de chuvas dos sertões menos chuvosos e de quatro a cinco vezes mais do que o somatório das precipitações das áreas sertanejas mais chuvosas.

Todos os rios do Nordeste, em algum tempo do ano, chegam ao mar. Essa é uma das maiores originalidades dos sistemas hidrográfico e hidrológico regionais. Ao contrário de outras regiões semi-áridas do mundo, em que rios e bacias hidrográficas convergem para depressões fechadas, os cursos d'água nordestinos, apesar de serem intermitentes periódicos, chegam ao Atlântico pelas mais diversas trajetórias. Daí resulta a inexistência de salinização excessiva ou prejudicial no domínio dos sertões. Encontram-se, aqui e ali, manchas de solos ligeiramente salinizados, riachos curtos designados "salgados", porém o conjunto de tais áreas é extremamente pequeno. Apenas nos baixos rios do Rio Grande do Norte ocorrem planícies de nível de base, com salinização mais forte, em uma área bastante quente e de luminosidade ampla, que corresponde a velhos estuários assoreados. De forma inteligente, ali foram estabelecidas as maiores salinas brasileiras, das quais provêm a maior parte da produção de sal do país.

A hidrologia regional do Nordeste seco é íntima e totalmente dependente do ritmo climático sazonal, dominante no espaço fisiográfico dos sertões. Ao contrário do que acontece em todas as áreas úmidas do Brasil – onde os rios sobrevivem aos períodos de estiagem, devido à grande carga de água economizada nos lençóis subsuperficiais – no Nordeste seco o lençol se afunda e se resseca e os rios passam a alimentar o lençol. Todos eles secam desde suas cabeceiras até perto da costa. Os rios extravasaram, os rios desapareceram, a drenagem "cortou". Nessas circunstâncias, o povo descobriu um modo de utilizar o leito arenoso, que possui água por baixo das areias de seu leito seco, capaz de fornecer água para fins domésticos e dar suporte para culturas de vazantes. A cena de garotos tangendo jegues carregados de pipotes d'água retirada de poços cavados



*O Rio Pajéu, em seu médio vale, próximo à cidade de Flores, no sertão de Pernambuco. Padrão de rio sertanejo – intermitente, sasonário – que corre por cinco a seis meses e “corta” por seis a sete meses. A montante de soleira rochosa existe bloqueio das águas brasais de leito arenoso do rio: fato que é muito bem aproveitado pela população ribeirinha para obtenção de água. Foto do autor, junho de 1955.*

no leito dos rios tornou-se uma tradição simbólica ao longo das ribeiras secas.

George Hargreaves, em trabalho realizado para a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no início da década de 1970, baseado em critérios de evapotranspiração e duração dos períodos de deficiência hídrica, estabeleceu e mapeou os diferentes setores ou nuances dos sertões secos. Sua classificação foi dirigida, sobretudo, para o campo das condicionantes agroclimáticas regionais. Para tanto, aplicou sua metodologia aos dados climatológicos de 723 localidades nordestinas dotadas de estações meteorológicas operadas pela própria Sudene e pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Hargreaves identificou quatro faixas ou agrupamentos sub-regionais de climas secos no interior do polígono semi-árido e em seu entorno. Utilizando expressões inglesas muito simples, ele referiu-se às áreas *very arid*, *arid*, *semi arid* e *wet dry*. Em função de uma leitura crítica que fizemos de tais termos, propusemos modificação nas expressões originais do seu excelente mapa a fim de evitar confusões com os conceitos vigentes para regiões desérticas propriamente ditas. As faixas tidas como *very arid* foram denominadas semi-áridas acentuadas ou subdesérticas. Aquelas consideradas *arid* foram designadas como

semi-áridas rústicas ou semi-áridas típicas, enquanto os setores *semi arid* foram considerados semi-áridos moderados. As subáreas ditas *wet dry* correspondem, praticamente, àquelas de transição, ocorrentes a leste e a oeste da área nuclear dos sertões nordestinos. No caso, preferimos chamá-las de faixas subúmidas.



*Depressão de Patos (PB) – caatinga.*

A terminologia popular, bastante arraigada no interior do Nordeste, abrange aproximadamente toda a tipologia proposta pelos cientistas. Usa-se a expressão “sertão bravo” para designar as áreas mais secas e subdesérticas do interior nordestino. Aplica-se “altos sertões” às faixas semi-áridas rústicas e típicas existentes nas depressões colinosas de todos os ambientes sertanejos. Enquanto as áreas semi-áridas moderadas, dotadas de melhores condições de solo e maior quantidade de chuvas de verão (“inverno”), recebem expressivos nomes: caatingas agrestadas ou agrestes regionais. As faixas típicas de transição entre os sertões secos e a Zona da Mata nordestina têm o nome genérico de agrestes, passando a matas secas. Existem razões para afirmar que a maior parte dos agrestes foi recoberta por caatinga arbórea, entremeada ou não por matas secas. As matas e matinhas de transição para os agrestes podem ser identificadas por algumas espécies indicadoras, entre as quais se destaca o ipê, com suas folhas douradas amarelas.

Para explicar a rusticidade e o cenário dos trechos dos sertões mais desalentadores, o uso da média das temperaturas não constitui fator decisivo. Dessa forma, Cabeceiras, por exemplo – situada no médio vale do Rio Paraíba do Norte, sertão dos Cariris Velhos, Paraíba – ape-

sar de ser o lugar menos chuvoso de todo o Nordeste semi-árido (264 mm por ano), é considerado de clima "bom". Ali, o total médio das chuvas anuais é muito inferior ao de todos os outros sertões. Mas, em compensação, chove o ano inteiro, já que essa pequena área de sertões rebaixados do Planalto da Borborema recebe chuvas vindas de leste no inverno e de oeste-noroeste no verão.

Outro fator responsável pela paisagem quase desértica de alguns trechos dos sertões rústicos é a estrutura geológico-litológica de certas áreas. Em alguns dos chamados "altos pelados", constituídos de colinas desnudas, atapetadas por fragmentos dispersos de quartzo, a presença de uma rocha metamórfica argilosa (filitos) comporta-se como se fosse um chão de tijolos no dorso das ondulações. Nesse caso, não há condições para formar um verdadeiro solo. Na linguagem seca da ciência, os solos dessas áreas seriam considerados solos litólicos. Onde quer que apareçam tais fácies de paisagem no domínio das caatingas, o povo logo os identifica como "altos pelados". Nas descrições de Euclides da Cunha sobre a região de Canudos, tornaram-se famosos os "altos pelados dos Umburanas". Existem outros casos em que rochas com maior grau de metamorfismo e adensamento de fraturas oferecem uma paisagem de escombros na base das vertentes de alguns riachos. E, por fim, em áreas de granitos recortados por diáclases múltiplas criam-se conjuntos locais de "campos de matacões" ou "mares de pedras", sendo que entre os interstícios das grandes pedras redondas instalam-se imponentes e espinhentos facheiros. A maioria dos morrotes do tipo *inselbergs*, que servem de baliza e referência da imensidão das colinas sertanejas, depende quase que exclusivamente do tipo de rochas duras que afloram no local: lentes de quartzito resistentes, massas homogêneas de granitos, apenas espaçadamente fraturados, ou outras exposições rochosas também resistentes.

Todos os morrotes do tipo *inselberg* ou agrupamento deles, como é o caso de Quixadá, foram relevos residuais que resistiram aos velhos processos desnudacionais, responsáveis pelas superfícies aplanadas dos sertões, ao fim do Terciário e início do Quaternário: superfície sertaneja velha e sertaneja moderna (Ab'Sáber). Enquanto no Sudeste do Brasil ocorrem "pães de açúcar" no entremeio dos "mares de morros" florestados ou em maciços costeiros (Serra da Carioca) e setores da Serra do Mar (Pancas), no interior do Nordeste seco acontecem morrotes ilhados no dorso das colinas revestidas por caatingas. Disso decorre a certeza de que muitos "pães de açúcar" já foram *inselbergs* em períodos de clima seco e que *inselbergs* poderiam tornar-se "pães de açúcar" depois de mudanças climáticas radicais na

direção de climas tropicais úmidos. Nesse sentido, somente o território brasileiro, por suas dimensões tropicais – desde Roraima e regiões fronteiriças até o Brasil de Sudeste, passando pelos morrotes dos sertões secos e pontões rochosos de Serra Azul (Minas Gerais) – pode apresentar exemplos concretos de tais transfigurações geomorfológicas e fitogeográficas.



*Paisagem da região de Santa Luzia do Sabugi no sertão de Patos de Espinhara.*

Para o cotidiano do sertanejo e sobrevivência de sua família o fator interferente mais grave reside nas irregularidades climáticas periódicas que assolam o espaço social dos sertões secos. Na verdade, os sertões nordestinos não escapam a um fato peculiar a todas as regiões semi-áridas do mundo: a variabilidade climática. Assim, a média das precipitações anuais de uma localidade qualquer serve apenas para normatização e referência, em face de dados climáticos obtidos em muitos anos. O importante a ser destacado é a seqüência altamente irregular dos anos de ritmo habitual, entre os quais se intercalam trágicos anos de secas prolongadas; rupturas, que representam dramas inenarráveis para os pequenos sítiantes e camponeses safristas das áreas mais afetadas pela ausência das chuvas habituais de fins e início de ano.

Efetivamente, é muito grande a variabilidade climática no domínio das caatingas. Em alguns anos as chuvas chegam no tempo esperado, totalizando, às vezes, até dois tantos a mais do que a média das precipitações da área considerada. Entretanto, na seqüência dos anos, acontecem alguns dentre eles em que as chuvas se atrasam ou mesmo não chegam,

criando os mais diferentes tipos de impactos para a economia e as comunidades viventes dos sertões. Nesse sentido, a literatura de ensaios e de ficção – elaborada por alguns dos mais sensíveis intelectuais de nossa terra – vem apresentando aos olhos da nação brasileira o diabólico drama social que impera nos sertões secos do Nordeste brasileiro.

Independente de a estação chuvosa comportar somatórias maiores ou menores de precipitações, o longo período seco caracteriza-se por fortíssima evaporação, que responde, imediatamente, por uma desperenização generalizada das drenagens autóctones dos sertões. Entendem-se por autóctones todos os rios, riachos e córregos que nascem e correm no interior do núcleo principal de semi-aridez do Nordeste brasileiro, em um espaço hidrológico com centenas de milhares de quilômetros quadrados. Somente os rios que vêm de longe – alimentados por umidade e chuva em suas cabeceiras ou médios vales – mantêm correnteza mesmo durante a longa estação seca dos sertões. Incluem-se, nesse caso, o São Francisco e *pro parte* o Parnaíba, ainda que o mais típico rio autóctone a cruzar sertões rústicos seja o “Velho Chico” – um curso d’água que, de resto, comporta-se como um legítimo “Nilo caboclo”.

No vasto território dos sertões secos, onde imperam climas muito quentes, chuvas escassas, periódicas e irregulares, vivem aproximadamente 23 milhões de brasileiros. Trata-se, sem dúvida, da região semi-árida mais povoada do mundo. E, talvez, aquela que possui a estrutura agrária mais rígida na face da Terra. Para completar o esquema de seu perfil demográfico, há que sublinhar o fato de se tratar da região de mais alta taxa de fertilidade humana das Américas. Uma região geradora e redistribuidora de homens, em face das pressões das secas prolongadas, da pobreza e da miséria.

Jean Dresch, grande conhecedor do Saara, ponderava aos seus colegas brasileiros, ao ensejo de uma excursão pelos sertões da Paraíba e de Pernambuco, que a existência de gente povoando todos os recantos da nossa região seca era o principal fator de diferenciação do Nordeste interior em relação às demais regiões áridas ou semi-áridas do mundo. Lembra Dresch que, nos verdadeiros desertos, o homem se concentra, sobretudo, nos oásis, sendo obrigado a controlar drasticamente a natalidade devido a uma necessidade vital de sobrevivência das comunidades. Utilizam-se, ali, campos de dunas móveis para o trânsito das caravanas de comércio. Defende-se, palmo a palmo, a periferia dos oásis em face da penetração das areias. Os setores rochosos ou pedregosos do Saara, alternados por extensos campos de dunas, são totalmente não-ecumênicos.

Por oposição a esse quadro limitante de verdadeiras “ilhas de humanidade”, no Nordeste brasileiro, o homem está presente um pouco por

toda a parte, convivendo com o ambiente seco e tentando garantir a sobrevivência de famílias numerosas. Existe gente nos retiros das grandes fazendas e latifúndios. Nos agrestes predominam um sem-número de pequenas propriedades e fazendolas. Gente morando e labutando com lavouras anuais e pequenos pastos, por entre cercas e cercados de aveloses. Gente pontilhando os setores das colinas e baixos terraços dos sertões secos. Casinhas de trabalhadores rurais na beira dos córregos que secam. Muita gente nos “altos” das serrinhas úmidas, assim como em todos os tipos de “brejos” ou setores “abrejados” das caatingas.

A tudo isso se acresce a presença de um grande número de pequenas e médias cidades sertanejas, de apoio direto ao mundo rural. Algumas delas, muito pequenas e rústicas. Outras, maiores e em pleno desenvolvimento, pelo crescimento de suas funções sociais, administrativas e religiosas. As feiras e feirinhas desses núcleos urbanos que pontilham os sertões funcionam como um tradicional ponto de “trocas”, já que ali tudo se vende e tudo se compra. Com a multiplicação de rodovias, estradas e caminhos municipais, houve a consolidação de uma verdadeira rede urbana no conjunto dos sertões secos, comportando uma hierarquia própria onde existem verdadeiras “capitais regionais”. A despeito das limitações em termos de abastecimento de água potável, algumas das cidades nascidas e crescidas em função da força e importância de suas feiras e de seu multivariado comércio têm adquirido uma admirável conjuntura urbana, do tipo ocidentalizante.

Cidades como Campina Grande, Feira de Santana, Mossoró, Caruaru, Crato, Sobral, Garanhuns, entre outras, possuem uma expressão regional consolidada pelo número e pela qualificação de suas funções: no campo do comércio, na movimentação de suas feiras, no ensino superior, na consciência política, na área de lazer e, sobretudo, na manutenção dos valores de uma inigualável cultura popular.

Nesse sentido, é agradável dizer que seria fastidioso e arriscado fazer a lista de todas as cidades dos sertões que vêm desdobrando funções e evoluindo social e culturalmente em níveis acima de todas as expectativas. Ainda que, pela falta de água, existam grandes limitações para o desenvolvimento industrial na grande maioria das “capitais regionais” da rede urbana sertaneja. Certamente, também existem problemas preocupantes: inchação urbana pela fuga dos homens do campo; estabelecimento de favelas e bairros muito carentes; tamponamento de áreas férteis pelo crescimento horizontal de cidades situadas em “brejos” de cimeira; baixo nível de proteção para os “olhos d’água” periurbanos; dificuldades para a ampliação de empregos em consequência da pequenez quantitativa e qualitativa do mercado de trabalho.



*A Serra dos "Ferros", entre Juazeirinho e Patos; da Borborema um hog bag de quartzitos recortados por curtos boqueirões. Foto do autor, janeiro de 1952.*

Os grandes problemas que incidem sobre o mundo rural são produzidos nos alongados estirões de sertões secos. Predominam ali terras de "sequeiro", na ordem de 96 a 97% do espaço total regional. A soma dos espaços de planícies aluviais propriamente ditas é muito pequena. Daí por que, em numerosos locais durante a estiagem, quando os rios secam, o próprio leito dos cursos d'água é parcialmente utilizado para produção agrícola, centrada em produtos alimentares básicos. Nas áreas ditas de "sequeiro", de modo muito descontínuo, plantam-se algodão, palmas forrageiras e roças de mandioca ou milho, cuja produtividade fica na dependência de "bons" períodos chuvosos. Dominam, porém, em todos os espaços colinosos das caatingas, as velhas práticas de pastoreio extensivo, com gado solto por entre arbustos e tratos de capins nativos. A longa falta d'água nos córregos e riachos do domínio das caatingas faz com que o gado tente se abeirar dos "barreiros", onde uma poça do precioso líquido se evapora devagar, deixando uma lâmina escura em seus bordos.

No jogo das migrações internas ocorridas no Brasil, desde meados do século XIX até hoje, o êxodo de nordestinos para as mais diversas regiões do país tem a força de uma diáspora.

A grande região do Nordeste Seco passou a desempenhar o papel histórico e dramático de fornecer mão-de-obra barata e pouco exigente para um grande número de áreas e pólos de trabalho do país. Para os seringais da Amazônia, desde fins do século passado até o início do atual;

para São Paulo, desde a década de 1930, sobretudo depois da Revolução Constitucionalista. Com maior intensidade, depois da construção da rodovia Rio-Bahia. Por cinquenta anos atuou a rota do São Francisco, de Juazeiro da Bahia até Pirapora, prosseguindo pelo uso da ferrovia Central do Brasil, que também trazia gente de outros sertões, na direção de Belo Horizonte, de São Paulo e do norte do Paraná. Dos fins da década de 1950 para todos os anos 1960 surgiu o novo pólo de atração, constituído pela construção de Brasília, a recém-criada capital brasileira. Por fim, sem interromper completamente os outros eixos migratórios, um (re)direcionamento para a Amazônia: construção de estradas (Belém-Brasília, Transamazônica), implantação de barragens e usinas hidrelétricas, desmates incoseqüentes, corte de madeira e, por último, a inserção na sedução aventuresca e sombria da garimpagem, nas mais diferentes paragens do extremo norte brasileiro.

Os espasmos que interrompem o ritmo habitual do clima semi-árido regional constituíram sempre um diabólico fator de interferência no cotidiano dos homens dos sertões. Mesmo perfeitamente adaptados à convivência com a rusticidade permanente do clima, os trabalhadores das caatingas não podem conviver com a miséria, o desemprego aviltante, a ronda da fome e o drama familiar criado pelas secas prolongadas. Nesse sentido, é pura falácia perorar, de longe, que é necessário “ensinar o nordestino a conviver com a seca” (Ab’Sáber, 1985).

Os sertanejos têm pleno conhecimento das potencialidades produtivas de cada espaço ou subespaço dos sertões secos. Vinculado a uma cultura de longa maturação, cada grupo humano do Polígono das Secas tem sua própria especialidade no pedaço em que trabalha. Uns são vaqueiros, dizem-se “catingueiros”, homens das caatingas mais rústicas. Outros são agricultores dos “brejos”, gente que trabalha nas “ilhas” de umidade que pontilham os sertões secos. Outros são “vazanteiros”, termo recente para designar os que vivem em função das culturas de vazantes nos leitos ou margens dos rios. Outros são “lameiristas”, aqueles que se especializaram em aproveitar a laminha fina, argilosa e calcária do leito de estiagem, nas margens do único rio perene que cruza os sertões (São Francisco). Muitos outros, ainda, cuidam de numerosas atividades nas “terras de sequeiro”, plantando palmas forrageiras, cuidando de caprinos e magotes de gado magro, plantando algodão ou tentando manter roçados de milho, feijão e mandioca. E, acima de tudo, esforçando-se para conservar água para uso doméstico, a fim de agüentar os duros meses de estiagem que estão por chegar.

Na crônica dos sertões relativa aos dois primeiros séculos, existem narrações importantes sobre os impactos do contato entre colonizadores

e grupos indígenas habitantes das caatingas. Os tapuios da costa foram enquadrados, por meio de estratégias as mais diversas, pelos senhores das sesmarias, das fazendas e dos engenhos. Em um trabalho aprofundado, a *História das Secas (Séculos XVII e XIX)*, Joaquim Alves registra duas questões básicas sobre esses conflitos. Primeiro,

[...] as áreas secas do interior do Nordeste, de Pernambuco ao Ceará, constituíam o domínio dos índios até a primeira metade do século XVII; a ocupação dos portugueses foi lenta, seguindo-lhe a implantação e o desenvolvimento da pecuária, única atividade que era possível instalar na região das caatingas.

### Segundo,

[...] o colono português desconhecía as conseqüências das secas; não penetrava o interior, limitando-se a viagens de visita às suas propriedades nessa primeira metade do século XVIII, razão por que atribuía à miséria – criada pela falta de inverno – a fuga dos escravos índios, que procuravam as Aldeias ou Missões, onde encontravam defesa e eram considerados libertos; os escravos africanos não gozavam das mesmas prerrogativas dos índios, que a lei portuguesa e o direito de asilo da Igreja protegiam.

Por outro lado, os indígenas das regiões interiores resistiram o máximo possível aos invasores de seus espaços ecológicos de sobrevivência física e cultural.

Existem referências sobre uma das grandes secas do século XVI, ocorrida no ano de 1583, em que grupos indígenas da região dos Cariris Velhos, dos agrestes e dos sertões interiores viram-se obrigados a descer para a costa, solicitando socorro aos colonizadores. As secas se repetiram no decorrer do século XVII, nos anos de 1603, 1614, 1645 e 1692. Na medida em que se ampliava e aumentava o povoamento dos sertões, as conseqüências das secas tornavam-se mais radicais e dramáticas, fossem elas “gerais” ou “parciais”. Por secas gerais entendiam-se aquelas que abrangiam o espaço total do domínio semi-árido; e parciais eram as que incidiam em determinados setores dos grandes espaços das caatingas, situados mais ao norte, mais ao sul ou com penetrações na direção dos agrestes orientais.

Desde o início da colonização, o sistema de transporte implantado nos sertões do Nordeste pressupôs o uso de montarias. O cavalo facilitava os deslocamentos de pessoas e mercadorias pelo leito seco dos rios, pelas veredas situadas à margem de pequenas e estreitas matas ciliares ou pelos primeiros caminhos rasgados no dorso das colinas sertanejas.

Com o aumento da população e a descoberta da vocação agrária dos “brejos” e “abrejados”, os excedentes da produção local passaram a ser

transportados por carros de boi, em sofridos deslocamentos, para abastecer feiras e armazéns. Aos poucos, um pouco por toda a parte. O boi entrou nas práticas de animais de serviço. Em muitos sertões, entretanto, mais recentemente, o carro de boi foi trocado pelo uso generalizado dos jegues – um burrico pequenino e resistente, que se adaptou perfeitamente aos mais diversos serviços em todos os sertões secos. Na verdade, o jegue revolucionou e democratizou o sistema de transporte de mercadorias oriundas dos brejos e das roças. Agora, a farinha de mandioca, o algodão e os sacos de feijão, assim como as canastras de rapadura ou os surrões de queijo de coalho, passaram a ser transportados no lombo desses pequenos e ágeis eqüinos. Por muito tempo, até nossos dias, os jegues vêm dominando os cenários vivos dos sertões secos.

No correr do século XVII houve uma verdadeira guerra pela conquista dos espaços privilegiados das serras úmidas. Anteriormente, eram áreas de refúgios temporários dos indígenas regionais, para sobrevivência durante os períodos de secas mais prolongadas. Mas, logo que os colonizadores descobriram as potencialidades das serras úmidas – posteriormente designadas “brejos” – houve uma rápida investida para a conquista desses pequenos espaços distribuídos pelos imensos sertões. As “ilhas” de umidade aí existentes, com suas manchas de florestas tropicais formando grandes contrastes com as caatingas circundantes, foram interpretadas pelos colonizadores como áreas suscetíveis de receber a principal plantação tropical da época – a cana-de-açúcar – que já fizera a riqueza da Zona da Mata e despertara a cobiça dos holandeses. Foi assim que os pioneiros da colonização branca das caatingas começaram a se aposar das melhores reservas de terras indígenas, constituídas pelos diferentes tipos de brejos. Ribeiras, agrestes e serrinhas úmidas ficaram sob a mira e o assédio dos colonizadores. Os índios das serrinhas florestadas, cientes de que seus espaços de vivência e sobrevivência estavam completamente ameaçados, tentaram um último e desesperado lance de resistência. Fizeram parcerias, tornaram-se confederados e, em 1692, desceram das serras úmidas – principal refúgio nos anos secos – quando “em numerosos grupos caíram sobre as fazendas das ribeiras, devastando tudo” (Irineu Joffily, citado por Alves, 1949).

Nos anos de 1692 e 1693, os colonizadores das ribeiras e pastagens em ampliação foram duramente castigados pelo repiquete das secas e pela revanche dos índios confederados. Terminada a crise climática, houve extensivo retorno às atividades agrárias, acrescidas por novos contingentes de povoadores que acabaram por consolidar a ocupação de grandes extensões dos espaços sertanejos: de Pernambuco ao Ceará, sertões do São Francisco, de Alagoas e Sergipe até a Bahia. Os portugueses, que

já haviam expulso os holandeses, agora consolidavam a ocupação dos sertões, enquadrando e incorporando grupos nativos aos seus interesses. Tudo isso acontecia enquanto lá longe se descobria o ouro das Gerais (1695), criando uma nova zona de atração para migrações e relações econômicas complementares. Data dessa época o início da utilização do vale do São Francisco para o comércio do gado de corte do Nordeste Seco para a região das “minas gerais”. Ao mesmo tempo em que se descobria um diabólico e execrável potencial de comércio através do “Velho Chico”, representado pelo envio de escravos negros e seus descendentes para servir de mão-de-obra nas duras tarefas da extração de ouro.

Tudo parecia acontecer ao mesmo tempo, ao findar o século XVII e iniciar-se o XVIII: rápido deslanche do ciclo do ouro (1695-1780); aposamento fragmentário, porém generalizado, de todos os sertões; incorporação da mão-de-obra indígena nas atividades de pastoreio; ampla miscigenação, responsável pela formação da população cabocla; produção de pequenos espaços agrários nos brejos de cimeira; utilização maximizada dos brejos de pé-de-serra; uso extensivo dos brejos e vazantes dos vales ou ribeiras bem arejadas e mais permanentemente úmidas.

Nota-se que, além de produzir alimentos os mais diversos, os brejos de cimeira dão origem a pequenos engenhos “rapadureiros”, de grande interesse para a diversificação da dieta dos homens do sertão. Longe da costa, criam-se celeiros bem distribuídos, que passam a abastecer as primeiras feiras estabelecidas em cidades e cidadezinhas dos sertões. Trata-se de um inusitado ponto de trocas, envolvendo produtos de diferentes espaços do Nordeste Seco: feiras de gado, de um lado; feiras de alimento, acessórios e montaria e artesanatos úteis, de outro. Uma espécie de troca indireta. Vendia-se um pouco de gado. Compravam-se farinha de mandioca, café, legumes, selas, baixeiros, cabrestos, lamparinas, querosene, potes e potões de barro, jacás, cestas e “aliozes”. Além de rapaduras, aguardentes, fubás e, eventualmente, pedaços de rústicos queijos do sertão. E logo uma grande variedade de confecções simples, relacionadas com a necessidades de vestuário para mulheres, crianças e homens. Mais recentemente, os indefectíveis objetos de plástico.

Grandes feiras propiciaram o crescimento de algumas das mais importantes capitais regionais do Nordeste Seco: Feira de Santana, Caruaru, Garanhuns, Mossoró, Arcoverde, Xiquexique, Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Crato, Juazeiro do Norte, Sertânia, Patos, Iguatu, Sobral, Picos, Fronteiras, entre outras. Cada qual com localização estratégica e diferenciações funcionais, mas por todo o tempo os brejos fornecendo produtos básicos, vindos de Baturité, Uruburetama, Triunfo, Catira, Crato/Barbalha e Missão Velha (no sopé da Chapada do Araripe), além de muitas encos-

tas baixas da Serra Grande do Ibiapaba. A invasão recente da bananicultura vem ameaçando o caráter de celeiro de algumas áreas de brejo, como vem acontecendo em Catira e Natuba. Em alguns lugares, as cidades cresceram tanto que acabaram por abranger todo o espaço produtivo agrário original, tal como vem se processando sobretudo em Garanhuns.

Uma revisão, ainda que sintética, sobre as ações governamentais a favor da população e da economia do Nordeste Seco é tarefa indispensável. No passado colonial, tudo girou em torno de iniciativas isoladas. Entretanto, foi apenas no último quartel do século XIX, quase ao fim do Segundo Império, que a inteligência brasileira da época, reunida no Rio de Janeiro, começou a discutir problemas e elaborar propostas para o Nordeste Seco. O Brasil acompanhava, nesse sentido, as preocupações e os programas que os Estados Unidos e a Austrália vinham de constituir para suas respectivas regiões áridas. Entre nós, venceu a idéia principal de construção de reservatórios para reter água em determinados espaços sertanejos. Um programa que, apesar de todas as suas vicissitudes, ainda não se esgotou. Construíram-se açudes próximos de cidades sertanejas para garantir seu abastecimento em águas. Outros foram localizados a montante de várzeas irrigáveis e ainda em boqueirões ou gargantas (*water gap's* dos americanos), onde rios temporários cruzavam cristas resistentes de serras. Logo se percebeu que os grandes açudes tinham algumas falhas de funcionalidade social. Não existindo várzeas irrigáveis, eles eram pouco úteis. Verificou-se, ainda, que mesmo na circunstância de existirem setores irrigáveis – pela distribuição de água por gravidade – a capacidade de atendimento, em termos do número de famílias beneficiadas, era muito limitada.

Importante ação paralela aos esforços da açudagem deu-se através da construção de uma série de ramais ferroviários. Mas a grande revolução originou-se de ações estatais, com a expansão do rodoviarismo. Aos velhos caminhos sertanejos e à trama incompleta das ferrovias acrescentou-se toda uma ampla e diversificada rede de transportes terrestres, que acabou por interligar quase todos os sertões do Nordeste Seco. Estradas e rodoviarismo tinham um certo quê de autoconservação, devido às particularidades dos climas secos regionais.

Uma das conseqüências salutares de desenvolvimento do rodoviarismo no Nordeste Seco foi a percepção de vincular o processo de construção de estradas à criação de frentes de trabalho como solução emergencial para evitar o desenraizamento de populações e atender às necessidades do povo sertanejo por ocasião das grandes secas. Infelizmente, porém, nesta como em muitas outras medidas estatais, houve a interferência de políticos clientescos que procuraram cooptar as obras e iniciativas corretas em seu próprio favor.

Iniciativa estatal de importância para a economia e a sociedade nordestina foi a construção de grandes usinas hidrelétricas, utilizando acidentes do perfil do médio vale inferior do Rio São Francisco. Somente este rio – curso d'água perene que cruza os sertões – poderia ser aproveitado para obtenção de um grande volume de energia elétrica. Obras iniciadas na década de 1950 vêm se desenvolvendo até hoje, através de sucessivos aproveitamentos: Paulo Afonso, Sobradinho, Itaparica e a recentemente concluída Xingó.

À custa de incentivos fiscais, através de estudos e projetos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foi possível encaminhar recursos para reanimar a industrialização regional e, sobretudo, reciclar as velhas e obsoletas usinas de açúcar e álcool da Zona da Mata. O Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) vem contando também com a parceria do Banco do Nordeste para seus programas de açudagem, irrigação, perfuração de poços e incentivo a iniciativas produtivas do Nordeste interior. De repente, percebeu-se a premência inadiável de melhor dosar iniciativas de diferentes portes, atendendo, ao mesmo tempo, às necessidades das áreas de “sequeiro” (92% do espaço total regional); reavaliar as potencialidades efetivas das faixas de ribeira (2 a 3% do espaço total); e visitar as serrinhas úmidas e diferentes tipos de brejos. Entre outras medidas, melhorar a infra-estrutura para reter água da estação chuvosa no âmbito das propriedades pequenas e médias, nos moldes propostos no trabalho *Floram – Nordeste Seco* (Aziz Ab'Sáber, Instituto de Estudos Avançados – USP) e nas idéias contidas nos minuciosos estudos de Benedito Vasconcelos Mendes (Esam, RN).

Impõe-se também uma imediata revisão das potencialidades dos lençóis d'água subterrâneos do Nordeste interior – em bacias sedimentares e terrenos cristalinos, do Rio Grande do Norte ao sul do Piauí – considerando, entre outros cuidados, as alternativas para ampliar os benefícios sociais de poços artesanais a serem produzidos.

Enfim, encontrar parceiros humanos e idealistas para defender medidas que estanquem êxodos desnecessários, que dignifiquem a cidadania de homens integrados em uma das mais vigorosas culturas populares conhecidas no mundo.

Um dia, alguns pesquisadores em plena atividade de campo pediram pouso em uma fazendola comunitária, perdida em um remoto sertão do interior baiano. E a resposta veio rápida e sincera, por parte da dona da casa: “Eu vou lhes dar abrigo, porque também tenho filho no mundo”.